

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS  
DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ  
CERMA/PR 10/10/2025**

Ao décimo dia do mês de Outubro de dois mil e vinte e cinco, às 14h00, em formato Híbrido, através de videoconferência, no Palácio das Araucárias – Sala de Gestão 7º andar, com acesso pelo *link* encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR):** Suplente - Mayara Gabriela; **Secretaria de Estado da Educação (SEED):** Titular – Ivanildo Luiz Monteiro; **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF):** Titular – Jociane Juliana. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Ação Social Irmandade Sem Fronteiras: Titular - Rockmilys Basante; Cáritas Arquidiocesana de Londrina: Titular – Tais Roberta Gaio Paton; Associação Para a Solidariedade dos Haitianos (ASHBRA): Suplente: Bibinson Celissant; Associação Feminny: Titular – Christiane Pereira; Associação Scalabrini a Serviço dos Migrantes – (ASSM): Titular – Pe Sales Nogueira. **Colaboradores/Convidados/Especialistas:** Stheffane Rodrigues (CAOPJDH-MPPR); Rosane Freitas (SESA). **Justificativas de Ausência:** Jean Puchetti, Izabella Andrade Brito, Neide Maria, Sônia Soares. **1. Abertura:** A princípio, Jesus Alberto Leon (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) saudou todos (as) e deu início à chamada nominal para registro em Ata, a seguir passou a palavra para a Presidente Rockmilys. A Presidente Rockmilys saudou e agradeceu a presença de todos (as). Logo após deu-se início à Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **2. Lista de Atendimentos da Polícia Federal:** Jesus (Assistente Administrativo - UTSC/SEJU) apresenta o e-mail encaminhado pela SESA sobre o Inciso II que versa sobre a prioridade da Saúde. Rosane Freitas (SESA) explica após a apresentação dos apontamentos que o Sistema de Saúde é amplo, sem separação por Nacionalidade, sendo Universal. A Presidente Rockmilys informa que o Inciso II é importante pois na pratica por falta de

conhecimento dos funcionários da ponta há uma dificuldade dos Migrantes no atendimento, sendo exigido a apresentação de algum documento como o CPF, e que esse Inciso II é para casos de extrema urgência de saúde. Christiane (Associação Feminny) pontua sobre esse Inciso na perspectiva da Mulher Migrante. Rosane Freitas (SESA) fala que pode ser qualquer documento até mesmo o Passaporte pode ser usado para o Cadastro no Atendimento para a Saúde, e que há uma preocupação da Secretaria de que esse documento seja utilizado pelos Migrantes irem ao Sistema de Saúde buscando um documento médico para conseguirem agilizar o acesso a Regularização de sua documentação, acesso ao atendimento de emergência. O Inciso precisa ser bem amarrado, pelo fato que se ficar algo amplo pode ser compreendido e utilizado dessa forma, gerando um problema maior. A Presidente Rockmilys informa que esse documento é interno e que trata sobre a parceria que o CERMA tem com a DELEMIG. Sthefanne (MPPR) fala que todo esse processo que estão falando é antes, é sobre a priorização dentro das priorizações que já vai ter para os Migrantes nessa questão do CERMA indicar as vagas, pessoas com deficiência, pessoas que tem alguma condição de urgência, para que consigam ter essa documentação regular e ai também ter o atendimento eletivo dentro do Sistema de Saúde. A Conselheira Rockmilys diz que então podem deixar como fechado a fala sobre o Inciso II, sobre condições de saúde urgente e a Secretaria de Saúde fica comprometida em fazer uma reformulação, se precisarem de ajuda podem ajudá-los a reformular que fique bem para todos. O Conselheiro Pe Sales (ASSM) informa que na reunião com o grupo fizeram alguns apontamentos de forma geral para ajudar na discussão, e que gostariam de relatar uma dificuldade recorrente no processo de agendamentos de CPF para Migrantes, atualmente o sistema exige que seja informado um CPF para efetuar o agendamento, no entanto a maioria dos Migrantes não possui o documento o que impede o agendamento, como alternativa tem utilizado o CPF de funcionários e voluntários para realizarmos agendamentos, contudo quando o CPF já está vinculado a algum agendamento ativo ele não pode ser reutilizado o que limita o atendimento, e há casos que as pessoas preferem não fornecer seu CPF por

motivos pessoais, diante dessa situação solicitaram a PF a possibilidade de permitir a realização de um único agendamento para toda a família Migrante ou implementar outra alternativa que dispense a obrigatoriedade de informar um CPF previamente. Depois a solicitação de ampliação de vagas para Atendimento de Migrantes sobre Protocolo de Refugio atualmente contam com as vagas disponibilizadas nas quartas-feira e no momento dispõe apenas de uma vaga para Protocolo de Refugio. Considerando a demanda atual gostariam de verificar a possibilidade de um aumento de numero de vagas tendo em vista que atendem algumas famílias que precisam desse serviço para poder procurar trabalho. Como alternativa sugerem duas possibilidades: aumentar o numero de vagas semanais para o Protocolo de Refúgio ou manter as vagas quinzenalmente com a possibilidade de encaminhamento de uma família por vez considerando que o Requerimento do CONARE é emitido em nome do Responsável e os demais membros constam como dependentes. Estão enviando para RNM pela primeira vez Venezuelanos e Haitianos e também Migrantes que precisam em casos de doenças ou roubo. A outra questão é a dificuldade de apresentar o comprovante de endereço por Migrantes, seja em razão de recusa do proprietário em emitir o documento, por residir em imóveis administrados por terceiros, responsáveis pela locação, há também situações em que o proprietário alega não ter disponibilidade para comparecer ao Cartório a fim de reconhecer firma quando esse procedimento é exigido. Questionaram se haveria outras formas de comprovação de endereço que possam ser aceitas nesses casos, se o contrato de locação poderia ser considerado documento válido para esse fim e no caso de alteração de endereço muitos Migrantes precisam atualizar o endereço para poder receber documento da PF. Stheffanne (MPPR) menciona que primeiro inevitavelmente sempre que for falar com a PF, o CERMA se organizar e fazer uma Capacitação junto com eles em relação a documentação, menciona que documentação de comprovante de Residência pode ser escrita de próprio punho, mesmo sendo alugado, explicando qual é o endereço CEP onde a pessoa reside, o Contrato de Aluguel é válido como documento, e também pode ir no Cras e retirar o documento em que a pessoa se cadastrou com a informação do endereço ou se a pessoa está em situação de vulnerabilidade estando em um abrigo não é um endereço fixo porém a Assistência Social também informa como se fosse entre aspas um endereço fixo, a palavra da pessoa também é válida, as vezes é preciso de algum tipo de confirmação, não é necessário ter

alguma coisa específica do proprietário, na questão da saúde isso já é aceito para Cadastro, para vaga de Assistência Social e Benefícios, mas se a PF está recusando, principalmente terceirizados com conhecimento e aceitação muito ruim, precisam andar de mãos dadas com a Capacitação. Na questão dos Cartórios teve recentemente uma questão na cobrança de casamentos, não é uma exclusão porque é um serviço, sugere que dá para conversar com a Chefia dos Cartórios sobre uma flexibilização, mas quanto ao custo não tem o que fazer. A Presidente Rockmilys fala que as vagas para Refugiados são limitadas para todos, informa que Jane (Coordenadora - UTSC/SEJU) tem feito continuamente solicitar a ampliação para vagas de Refugiados, e hoje não estão debatendo sobre as vagas e como vão ser distribuídas, mas também um informe para solicitar a Superintendência da PF com cópia para a Delegada Dra Sílvia, informa que previamente passou para o Secretário a solicitação de uma reunião com a Delegada e as Organizações que trabalham com documentação mas que tem Superintendente, porque além da quantidade de vagas, porque já tinham proposto a PF, de fazer jornada particular, fazer uma jornada integral para ajudar a adiantar documentação. Sugere ver de acordo com a listagem quantos grupos familiar tem na fila da Irmandade e na ASSM e fazerem uma proposta para a Delegada Dra Sílvia e terminarem de reformular para compartilhar com ela semana que vem, de acordo com as necessidades, e que o MP possa olhar e verificar se está de acordo com a Lei. Na questão do Comprovante de Residência a Lei fala que pode ir no Posto de Saúde com um comprovante de Luz ou Água para fazer cadastro e esse comprovante de saúde serve para fazer a inscrição no Cras, esse mesmo comprovante devia ser um comprovante de residência, mas não é assim, ou a pessoa tem que levar o Contrato de Locação, ou quando aparece como responsável no serviço de água, luz ou Internet da casa. Menciona que havia um tipo de documento que solicitava o CEIM, Irmandade ou Cáritas, não havia um padrão, e o tratamento dentro da PF é muito preocupante, teve uma denúncia muito delicada, são terceirizados que as vezes a mesa um está atendendo uma Regularização de RNM de Venezuelano e na mesa dois está tendo o mesmo procedimento e ficam se contradizendo. Reafirma que além de discutirem como vão distribuir as vagas, e mandar um Informe a PF colocando como o CERMA a necessidade de melhoras em vários aspectos e recomendações, solicitando a Reunião com a Superintendência de Migração e da PF, a Delegada da PF, o CERMA, MPPR, DP e os Conselheiros que queiram acompanhar. E sobre o

processo de Regularização Migratória é muito complexo e que as Organizações que trabalham com o Processo Migratório solicita a Jesus (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) que faça um acompanhamento todas as quartas-feira e faz uma proposta se o MP, DP ou Ouvidoria podem acompanhar também. Stheffanne (MPPR) sugere que o CERMA poderia fazer um Ofício para a Defensoria Pública da União e MP sobre essas vagas para que tivessem as vezes uma representação, na hora que aconteça alguma coisa possam entrar em contato com eles. A Presidente Rockmilys solicita para seja feito e encaminhado o Ofício solicitando o acompanhamento da DPU, do MP para acompanhar os Migrantes e Refugiados que vão todas as quartas- feira fazer seu processo de Regularização Migratória na PF. Jesus (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) realiza a leitura do Art. II do documento que estabelece os critérios para Encaminhamento dos Refugiados, Migrantes e Apátridas para Atendimento na PF. A Presidente Rockmilys explica que Cáritas e CEAMIG fazem atendimento presencial todos os dias, Irmandade faz atendimento online, as vezes presencial e trabalha todos os sábados, são Organizações que trabalham com Atendimento Contínuo ou que trabalham com Regularização Migratória e fazem parte do CERMA. Tem uma lista já filtrada, já conhecem o trabalho deles e podem ter uma lista, assim mesmo com a Cáritas e o CEIM, a Irmandade também, que atende de trezentos e cinquenta a quatrocentos atendimentos no sábado e dia de semana no mínimo de cinquenta a sessenta atendimentos online. Verificam detalhes, se o Migrante tem comprovante de endereço, holerite, entre outros para que consigam mandar a listagem para a secretaria do CERMA, afirma que acha que os responsáveis das vagas só tem que ser as Organizações que fazem parte do CERMA, que ocupam uma cadeira, mas diz querer deixar claro que ninguém ficará de fora. As Organizações que em Curitiba trabalham com Processo de Regularização Migratória compartilham com o CERMA suas necessidades, que faz uma abrangência das vagas que a eles correspondem, o CEIM, Cáritas Curitiba, Irmandade, CEAMIG, IBASER, Fraternidade da Unidade ou mesmo a Associação Femminy se tem uma mulher que precisa de Regulamentação Migratória, pode compartilhar com todos e fazem um Grupo de Gestão no Whatsapp. Explica porque chegaram ao consenso de comprovante de trabalho, mostra de assinatura que o Migrante foi lá. Fala que sua proposta é que mantenham as Organizações que estão agora, como CEAMIG, CEIM e IRMANDADE, que trabalham com Regularização Migratória, e as outras

Organizações passem para o CERMA quais são suas solicitações, essas vagas são do Conselho e o Conselho que irá distribuí-las com prioridade e sempre entrar em contato com o CERMA uma semana antes, vão entrar em contato com a Cáritas de Curitiba para explicar como vai funcionar, que as vagas serão bem distribuídas e reafirma que ninguém será excluído. Stheffanne (MPPR) questiona sobre a questão dessa comprovação dos atendimentos anteriores, no caso dessas que vão fazer um pedido regular, acha importante dar esse destaque todo pedido de formulário ainda que seja regular sempre constar os mesmos documentos, ter o mesmo padrão. A Presidente Rockmillys esclarece que a intenção do GT e a proposta futura é de construir um padrão, fazer um trabalho de GT de colocar primeiro os Especialistas de Regularização Migratória para ir falar na PF e fazer uma estrutura para que todas essas vagas não se percam, para as pessoas não perder a passagem, dia de trabalho e a vaga na PF. O Conselheiro Bibinson (ASHBRA) solicita a palavra, expressa que estão tomando algumas decisões, mas que não tem o quórum mínimo de 10 (dez) Conselheiros para aprovação, e propõe que façam todas essas alterações e coloca-las na próxima reunião. A Presidente Rockmillys fala que hoje podem fazer os acordos e as propostas, e depois trazerem para aprovação. Mas tem uma proposta, sabem que não podem aprovar, mas sua proposta é de incorporar o Conselheiro Pe Sales (ASSM) no grupo do Whatsapp. E podem apresentar a todos os Conselheiros numa reunião Extraordinária os acordos que chegaram hoje e se podem incorporar como Conselheiro o Pe Sales no grupo. Questiona se podem dar por fechado o debate sobre a proposta de como funcionar o GT, construção do GT, como fazer as solicitações das vagas, para apresentar na próxima Reunião Extraordinária, e pergunta se todos estão de acordo. Todos de acordo. **3. Informes Gerais:** Jesus (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) apresenta a solicitação da Secretaria de Educação para a reunião e cita que como foi apresentado na reunião anterior precisam ter a data dessa reunião, e já foi até cobrado a resposta desse Ofício. O Conselheiro Ivanildo (SEED) saúda todos (as) e relata que o protocolo que foi encaminhado para a SEED já chegou até a SEJU com o despacho que foi encaminhado no dia 17/09/2025, assim que foi solicitada a reunião foi encaminhado a SEJU a resposta, a reunião foi confirmada, e por uma questão de mais otimização sugere que já seja indicada quando houver essa solicitação de reuniões uma indicação de datas, e podem a partir da Coordenação conversar com a Documentação Escolar para verificar quando eles podem atender

essa reunião para já poder ser marcada. A resposta deles foi que sim a reunião pode ocorrer mas como não houve essa indicação de data é só ser apontada essa data, quando ela deve ocorrer mediante a solicitação do CERMA. Informa também que houve uma reunião com a Jasmine da SEJU, voltada também para a questão Migratória e sobre a Cartilha Educação com os documentos necessários para que o Migrante possa ter sua documentação escolar atendida e acredita que seja interessante marcar junto com essa reunião com o CERMA, essa reunião com a SEJU também para regularizar essa questão das Cartilhas e para que o CERMA possa fazer essa apreciação e a crítica necessária para adequação da Cartilha voltada para a Secretaria da Educação, que um dos pontos da Cartilha é a Validação dos Diplomas, a Revalidação de Diplomas no caso de certificação, encaminhamentos e discussões para Instituições de Graduação, que não é o caso da SEED que atende somente as questões do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, mas para já sair um documento com a crítica do Conselho de maneira que ele possa atender melhor os Migrantes que chegam e não tem tantas informações diretas de como acessar o Sistema de Educação. Parabeniza a SEJU pela tomada de iniciativa dessa Cartilha e ela está em processo de validação pelos demais Órgãos e acredita que todos estão interessados em participar, e colocar o CERMA a par e junto dessa produção, e de principalmente a Cartilha enfatizar de várias maneiras que o estudante tem a garantia de acesso ao Ensino mesmo sem ter todos os documento e quanto mais puder divulgar melhor. A Presidente Rockmillys agradece as informações trazidas pelo Conselheiro Ivanildo (SEES) e sugere que a data da reunião pode ser dia 21 ou 22 de Outubro, para que na Reunião Ordinária possam trazer uma resposta para os Conselheiros e informa que vão responder o Ofício colocando a proposta dessas duas datas. O Conselheiro Ivanildo (SEED) confirma a solicitação da reunião para o dia 21 ou 22 de Outubro para que a Documentação Escolar possa se manifestar com relação aos trâmites da Revalidação de Diplomas do Ensino Médio. A Presidente Rockmillys informa que é com muita alegria que apresenta porque foram muitos anos de luta que é o Decreto do Diário Oficial da União do dia 07 (sete) de Outubro, que para a Comunidade Migrante que acompanharam a construção da Segunda COMIGRAR e conheceram as Conferências Municipais que fizeram, as Conferências Livres Nacionais, algumas Secretarias algumas de Direitos Humanos, foi uma construção de todos, MP, DP, Organização Internacional, Ministérios, Secretarias, Governos Municipais, Governos

Estaduais e as propostas foram escutadas em sua maioria, agora tem que se fazer cumprir, fala que a coluna vertebral dessa Política Pública Migratória foi esforço da mesma população Migrante que trabalham em rede com o apoio e conhecimento de todos, tiveram que estudar demais, a Lei Migratória de 2017, a Constituição do Brasil, como funciona a Saúde, Educação, Legislação, todo o sistema, estudar a proposta de cada Conferência, a temática, pesquisar, debater com as Nacionalidades que estão chegando, as terminologias que eram tão necessárias mas hoje está aqui. Ressalta que tem uma proposta para os Conselheiros, apesar de terem muito trabalho com a Comissão para a Reformulação da Lei e do Regimento Interno do CERMA, mas recomenda que todos os Conselheiros precisem ler e comparar com a Lei de Migração de 2017, tem que comparar ela com as outras Conferências Nacionais de Saúde, da Mulher, sobretudo de Assistência Social que vai acontecer agora, tem que ler porque é a única forma de terem noção para debater e poder consolidar a Pauta Migratória no Estado do Paraná. Expressa que muitas das Leis que estão ali, as principais foi de Grupo de Migrantes e de Brasileiros do Paraná como Márcia Pontes, Gilberto de Souza (SEJU), Douglas Novelli (SEJU), Equipe da Irmandade, Rede Venezuelana, sua própria ONG participou muito do debate, parabeniza a todos e diz que é uma mostra da integração de quem acolhe e de quem é acolhido. Lembra dos debates com as Conselheiras Tais (Cáritas Diocesana de Londrina) e Rosane Aparecida (Cáritas Diocesana de Palmas) que lutou muito pelas propostas, a participação da Prof. Fabiana no apoio das propostas, as Rede Cidades Acolhedoras, a grande responsabilidade da mesa de Abertura com o Secretário e com o Ministro em Brasília, agradece também o MP, encerra dizendo que era isso que queria falar aos Conselheiros (as) como refugiada e Presidente do CERMA. A Conselheira Tais (Cáritas Arquidiocesana de Londrina) informa que em Londrina está acontecendo um desmonte na Assistência Social, a Prefeitura está cortando dezessete milhões na Secretaria de Assistência e um dos programas que vai ser encerrado é o Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados e Apátridas e suas famílias, programa que ela coordena em parceria com a Cáritas e a Secretaria de Assistência, fala que gostaria de ver a possibilidade do CERMA fazer um Ofício pedindo esclarecimento ao Prefeito ou uma Nota de Moção que possam apresentar, vai ter uma Reunião Pública na Câmara Municipal nessa segunda-feira as 09h00, e amanhã vão fazer uma ação de panfletagem sobre esses cortes que a Secretaria de

Assistência está sofrendo, são vários serviços porém o Programa de Migração é o que vai ser encerrado. A Presidente Rockmilys informa que tem três propostas, se é uma Audiência Pública seria muito interessante convidar o CERMA, segundo seria interessante que o CERMA passe um Ofício para o MP e o MP poderia acompanhar o CERMA nessa Audiência. A Conselheira Tais responde que referente a segunda-feira é uma Reunião Pública que foi organizada pelas Instituições de Serviço de Convivência e foi ofertado espaço para Cáritas falar do Programa de Migração, não conseguiram marcar uma Audiência Pública ainda sobre esse desmonte, acredita que não tem tempo hábil para alguém do CERMA estar participando. Referente ao Ofício acha interessante se for via MP Federal, porque o MP do Estado já fez uma Reunião com o Prefeito, com o Delegado Chefe da PF de Londrina, e a Dra Suzane da vigésima quarta que também está acompanhando. A Presidente Rockmilys diz que gostaria que eles como Organização da Cáritas de Londrina possam fazer uma solicitação pelo e-mail do CERMA, e uma denuncia pelo e-mail da Irmandade, o informe que será feito pelo CERMA ao MP pode ser compartilhado com o Secretário Nacional de Assistência Social e com a Sra Niusarete da Operação Acolhida, pergunta se a Conselheira Tais consegue procurar para o CERMA uma Audiência Pública com o representante da Assistência Social e o Prefeito, vai pegar o e-mail que está dentro da Secretaria do Governo e o CERMA envia esse Ofício solicitando. Jesus (Assistente Administrativo – UTSC/SEJU) solicita a palavra para informar sobre um Evento, o Convite já foi enviado para todos os Conselheiros (as) por e-mail, para participarem do Seminário Direitos Humanos no Século XXI: Desafios e Realidades Locais no Paraná, dia 29/10/2025, das 08:30 às 17:00, na ESEDH, vai ter Certificado pela Escola de Gestão do Paraná, menciona a importância que os novos Conselheiros que chegaram agora participem para ver justamente como o Estado do Paraná está trabalhando os Direitos Humanos e desafios que ainda existe e compete justamente a este Conselho ajudar o Estado para resolver esses desafios. Ressalta que a Presidente Rockmilys, a Jane (Coordenadora UTSC/SEJU) e Gilberto (Superintendência) farão parte da mesa de Abertura. A Presidente Rockmilys reforça o convite falando que para os novos Conselheiros é importante participar dos Eventos para o conhecimento e o credenciamento de suas Organizações e de seu perfil como garante o defensor de Direitos Humanos. **4. Encerramento:** Por fim, a Presidente Rockmilys agradeceu a todos (as) e encerrou a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados,

Migrantes e Apátridas (CERMA/PR). A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da Rocha e revisada por Jane Lobato Vasques.